AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.887 - PR (2019/0333948-7)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS	:	MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348 EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR024498
ADVOGADOS	:	TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129 PRISCILA KEI SATO - PR042074
AGRAVADO	:	EVANILDA FAGUNDES SILVERIO
AGRAVADO	:	FIORINDO ANTONIO SCOLARI
AGRAVADO	:	ALCIDES CASANOVA
AGRAVADO	:	LUIZA VERONA FAVERO
AGRAVADO	:	EDINEIA ZUCONELLI
AGRAVADO	:	ODETE SPULDARO SGUISSARDI PAN
AGRAVADO	:	ANTONIO LUIZ FORTUNA
AGRAVADO	:	EDINEIA ZUCONELLI
AGRAVADO	:	AGUIAR LUIZ ZUCONELLI
AGRAVADO	:	VALDIR BONOMI
AGRAVADO	:	JOSÉ ZUCONELLI
AGRAVADO	:	ANGELITA MARIA PIVATTO
AGRAVADO	:	JACIR ANTONIO COLUSSI
AGRAVADO	:	MARIA LOURDES VENAZZI
AGRAVADO	:	TERESINHA LOURDES BIANCHI TRENTO
AGRAVADO	:	JEAN RICARDO FAGUNDES SILVERIO
ADVOGADOS	:	JOSÉ RODRIGO DE ANDRADE MACHADO - PR047651 HORÁCIO ANTUNES BARBOSA JÚNIOR E OUTRO(S) - PR048189

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ, Súmula 5/STJ, Súmula 7/STJ (legitimidade passiva do Recorrente), Súmula 7/STJ (necessidade de prévia liquidação da sentença) e ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha

Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019
Código de Controle do Documento: 70E46FE5-E3CE-4315-8891-EFC5A25E640C

impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

> PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
>
> 1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.
>
> 2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.
>
> 3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019
Código de Controle do Documento: 70E46FE5-E3CE-4315-8891-EFC5A25E640C